



## **CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL: UM OLHAR DA PSICOLOGIA E SUA ATUAÇÃO EM CASA ABRIGO**

Karine Galbardi Bueno<sup>1</sup>

Karine Szesz<sup>2</sup>

Melanny Badalotti<sup>3</sup>

Prof. Orientadora: Beatriz de Souza<sup>4</sup>

**Resumo:** *De acordo com o ECA, todas as crianças e adolescentes são alvos de proteção integral por parte da família, da sociedade e do Estado, e que quando negado, as instituições de acolhimento buscam garantir seus direitos, oferecendo oportunidades de desenvolvimento. O objetivo é mostrar o olhar da Psicologia e formas que o Psicólogo pode amenizar o sofrimento dos mesmos, sendo realizado então uma pesquisa bibliográfica. Discutimos a importância dos recursos lúdicos que promovem ao abrigado a inclusão, fortalecimento de vínculos e um espaço de livre expressão, onde conclui-se a necessidade de se aprender a adaptar-se a essas perdas, resignificando-as e elaborando este luto.*

**Palavras-chave:** Vulnerabilidade social. Crianças e adolescentes. Atuação psicologia. Abrigo.

### **Introdução**

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei 8.069 de 1990) estabelece que todas as crianças e adolescentes são alvos de proteção integral por parte da família, da sociedade e do Estado, contando com políticas públicas e cuidados específicos para garantir o seu desenvolvimento. Crianças e adolescentes têm direito à escola, à convivência familiar e comunitária, e à atividades culturais e de lazer que favoreçam seus interesses e potencialidades.

Caso algum dos seus direitos não esteja sendo cumprido, ou esses menores sejam submetidos a qualquer tipo de violência, o Conselho Tutelar e o Ministério Público devem intervir e tomar medidas protetivas que incluem a orientação familiar, colocação em programas governamentais de assistência social e, em casos mais graves, acolhimento institucional (BRASIL, 1990).

Atualmente, no Brasil, há mais de 39.500 crianças e adolescentes vivendo em abrigos e instituições de acolhimento, das quais 7.600 possuem os critérios para adoção, e as demais estão aguardando a resolução de seus casos para que possam ser reinseridas na sua família natural ou extensa, ou em família substituta provisória. Segundo Paes (2018), os principais motivos para o abrigamento são a negligência (84%), dependência química dos pais ou responsáveis (81%), abandono (76%), violência física (62%) e abuso sexual (47%).

As instituições de acolhimento são entidades públicas ou privadas que buscam garantir os direitos de crianças e adolescentes, oferecendo a eles todas as

<sup>1</sup> Psicologia, acadêmica de Psicologia, Faculdade Sant'Ana, ka\_galbardibueno@hotmail.com.

<sup>2</sup> Psicologia, acadêmica de Psicologia, Faculdade Sant'Ana, karine\_ie@yahoo.com.br.

<sup>3</sup> Psicologia, acadêmica de Psicologia, Faculdade Sant'Ana, mell\_badalotti@hotmail.com.

<sup>4</sup> Psicóloga, beatrizsouza2509@hotmail.com.

oportunidades de desenvolvimento que lhe foram negadas pela família e pela sociedade. Isso inclui itens básicos como tratamentos de saúde, educação e reforço escolar, alimentação, higiene, até atividades lúdicas, culturais, esportivas e artísticas (PAES, 2018).

É de extrema importância a atuação do Psicólogo em abrigos, sendo algumas de suas principais funções: a avaliação da criança e de sua família, apresentando mudanças necessárias para a reinserção da criança no lar; permitir o vínculo da família; dar treinamento, orientações e até mesmo amparo psicológico à equipe técnica (CECIF, 2005), em especial as cuidadoras no qual estão em contato direto na maior parte do tempo com a crianças e adolescentes institucionalizados.

## **Objetivo**

Mostrar a importância do olhar do profissional da Psicologia e sua atuação com crianças e adolescentes abrigados que estiveram em vulnerabilidade social, e as possíveis maneiras que o Psicólogo pode estar amenizando o sofrimento destes, promovendo um ambiente acolhedor e afetivo.

## **Metodologia**

Gil (2010 p.29) afirma que a pesquisa bibliográfica é relevante para toda pesquisa acadêmica, pois se trata de pesquisar o tema de interesse em materiais já publicados, com a intenção de encontrar a fundamentação teórica necessária para o trabalho em questão, além de verificar o ponto atual do conhecimento referente ao tema.

Para esta pesquisa foi realizada uma pesquisa bibliográfica através da análise de artigos e demais trabalhos, onde o critério de inclusão/exclusão foi de acordo com a intensidade em que estes abordavam o assunto, bem como aqueles os quais possuíam conteúdos relacionados a prática da psicologia em casa abrigo, pesquisados através das palavras chaves como, crianças e adolescentes que passaram por situações de vulnerabilidade, atuação da psicologia no contexto social e inclusão de crianças e adolescentes que passaram por situações de vulnerabilidade na sociedade.

Dentre os diversos artigos e trabalhos publicados relacionados com o tema proposto, para que o presente trabalho fosse realizado, utilizamos também do Estatuto da Criança e do Adolescente para que pudéssemos expor as leis que regem seus direitos.

## **Resultados/Resultados parciais e discussão**

Com base nos artigos estudados sobre o tema, é possível considerar a real necessidade existente no cenário brasileiro de incluir o profissional Psicólogo equipes multidisciplinares, com o objetivo de que seu trabalho acrescente forças aos abrigos, de forma a ultrapassar as tarefas operacionais de suprir as necessidades básicas da criança, como a alimentação e conforto mínimo, mas além disso, tentando propiciar um ambiente de apoio afetivo e acolhedor para os abrigados, buscando sempre amenizar as marcas da violência trazidas pela sua história de vida e permitindo à criança e ao adolescente visualizar outras possibilidades em sua vida de forma saudável e feliz (ANTONI e KOLLER, 2001).

Outro fator importante de ser considerado é o que se encontra em Paes (2018), que afirma que entre crianças institucionalizadas e/ou que vivem em abrigos, há uma dificuldade na manutenção de vínculos, sendo mais um ponto a ser explorado pelo psicólogo, sendo que uma das causas dessa dificuldade de se manter o vínculo se dá devido às experiências traumáticas que foram vivenciadas na família biológica, sendo necessário que esse trauma seja trabalhado para que o abrigado consiga superá-lo e volte a se relacionar com os demais.

O segundo fator apontado pelo autor acima citado como dificultador do estabelecimento e da manutenção do vínculo é a grande rotatividade de funcionários e cuidadores que trabalham nos abrigos. De modo geral, as cuidadoras buscam não se apegar nas crianças para não sofrerem depois, porém impedem a criança de toma-los como referência.

Como forma de resolução deste conflito, Mendes (2014) defende que os recursos lúdicos são uma possibilidade para elaborar tais experiências e de desenvolver um novo repertório afetivo, inclusive promovendo as competências pessoais de socialização e afetividade. Sendo assim, o psicólogo pode utilizar-se de tais recursos em sua atuação com crianças e adolescentes em abrigos.

### **Considerações finais**

Através da presente pesquisa foi possível concluir que as crianças e adolescentes abrigadas passaram e continuam passando por períodos difíceis, chamados por alguns pesquisadores de “período de luto”. É necessário que a criança aprenda a adaptar-se a essas perdas, ressignificando-as e elaborando este luto. No caso das crianças e adolescentes vivendo em abrigos a principal perda é a da família, esse fato pode causar no abrigado um sentimento ruim em relação, percebendo-o como um ambiente ameaçador.

Outro fator a ser considerado neste estudo em relação à dificuldade de adaptação das crianças e adolescentes nos abrigos e de sofrimento psicológico do abrigado diz respeito ao fato de que nem sempre recebem atendimento individualizado, acabando por perder-se nessa transição de individualidade para coletividade, devido a perda da identidade, além de outras difíceis mudanças, das quais pode-se citar: a adequação a rotina diária; a convivência com os funcionários e cuidadoras que trabalham por meio de plantões e que em alguns casos não possuem vínculo afetivo com elas, a divisão de objetos como roupas e calçados, entre outros.

Como consequências psicológicas de tais fatores, essas crianças e adolescentes podem se sentir abandonados, rejeitados, impossibilitados de expressarem seus sentimentos, falar de si, expor seus medos e angústias; se sentirem sozinhas, pois o contato com a família é limitado e alguns não possuem nenhum tipo de contato com sua família de origem, e isto gera na maioria comportamentos agressivos que geralmente são confundidos com indisciplina e desobediência, tornando, assim, o estabelecimento e a manutenção de vínculos ainda mais difíceis.

A partir disso, como forma de finalização e conclusão, retorna-se a Antoni e Koller (2011) que afirma a necessidade de inserir o profissional psicólogo nos abrigos na busca por ir além de apenas suprir as funções básicas da criança e do adolescente, mas utilizar-se de recursos lúdicos para promover ao abrigado a inclusão, o fortalecimento de vínculos entre o grupo e um espaço para livre expressão, visto que se acredita que ao brincar com seus cuidadores e equipe

técnica, a criança e adolescente abrigado recebe carinho, atenção, afeto e retribuem esses gestos, expressam suas vontades, seus sonhos, aprendem regras, exercem sua criatividade, fortalecem seus vínculos com seus companheiros de abrigo, se sentem amadas e valorizadas e passam a ter um olhar mais positivo para suas vidas. Esse é o papel do psicólogo, o de valorização pessoal, fortalecimento e empoderamento do abrigado.

## **Referências**

BRASIL, Casa Civil. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei n. 8.069 de 13 de julho de 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm)>. Acesso em 28 de setembro de 2018.

PAES, C. C. **Abrigamento e privação do poder-ser: reflexões sobre a liberdade entre adolescentes abrigados**. Projeto de dissertação. Unespar, Campo Mourão, 2018.

AGUIAR, O. X. et al. **Casa Abrigo: Possibilidade de Atuação para o Psicólogo**. Revista Científica Eletrônica de Psicologia. Ano V – Número 9 – novembro de 2007 – Periódicos Semestral.

FERREIRA, F. M. N. S. **Aspectos Lúdicos Contribuindo no Resgate da Autoestima e na Inclusão da Criança Abrigada**. Disponível em: <[http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2013/10554\\_6035.pdf](http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2013/10554_6035.pdf)>. Acesso em 28 de setembro de 2018.

ANTONI, C.; KOLLER, S.H. O psicólogo ecológico no contexto institucional: uma experiência com meninas vítimas de violência. **Psicol. Ciênc. e Profissão**, vol.21, n.1, p.14-29, 2001.